



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO DO MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO DO PINHAL

Conforme Lei Municipal nº 1.967/2018, publicada em 19 de novembro de 2018

Quarta-Feira, 10 de dezembro de 2025

Ano VIII

Edição n.º 1659

Total de Páginas: 010

www.ribeiraodopinhal.pr.gov.br/diario_oficial

ATOS DO PODER EXECUTIVO

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO DO PINHAL - PR

DECRETO Nº. 168/2025

Súmula - Abertura de crédito adicional suplementar.

O Senhor Dartagnan Calixto Fraiz, Prefeito do Município de Ribeirão do Pinhal, Estado do Paraná, usando de suas atribuições legais, e em especial a Lei nº 2.423 de 20 de dezembro de 2024; decreta.

Art. 1º - Fica aberto no orçamento vigente um crédito adicional suplementar, no valor R\$ 146.961,50 (*cento e quarenta e seis mil novecentos e sessenta e um reais e cinquenta centavos*), com recursos de remanejamento de dotações orçamentárias, nas dotações que abaixo seguem:

Dotação Orçamentária.

Órgão - 03 - Secretaria de Administração.

Unidade - 001 - Departamento de Administração, Compras e Licitações.

Natureza da Despesa - 3.3.90.30.00.00 - Material de Consumo.

Natureza da Despesa - 3.3.90.39.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica.

Código reduzido - 00340 - 00000 - 0000/01/07/00/00 - Recursos Ordinários (Livres).

Valor R\$ 145.061,83 (*cento e quarenta e cinco mil sessenta e um reais e oitenta e três centavos*).

Natureza da Despesa - 3.3.90.40.00.00 - Serviços de Tecnologia da Informação - Pessoa Jurídica.

Código reduzido - 00360 - 00000 - 0000/01/07/00/00 - Recursos Ordinários (Livres).

Valor R\$ 1.899,67 (*um mil oitocentos e noventa e nove reais e sessenta e sete centavos*).

Art. 2º - O crédito adicional suplementar a que se refere o artigo 1º será coberto pelo remanejamento das dotações orçamentárias que abaixo seguem.

Dotação Orçamentária.

Órgão - 03 - Secretaria de Administração.

Unidade - 001 - Departamento de Administração, Compras e Licitações.

Natureza da Despesa - 3.3.90.30.00.00 - Material de Consumo.

Código reduzido - 00320 - 00000 - 0000/01/07/00/00 - Recursos Ordinários (Livres).

Valor R\$ 100.000,00 (*cem mil reais*).

Órgão - 06 - Secretaria Municipal de Transporte e Viação.

Unidade - 001 - Departamento de Manutenção do Transporte e Viação.

Projeto/Atividade - 26.782.0005-2014 - Atividades dos Serviços Rodoviários.

Natureza da Despesa - 3.3.90.46.00.00 - Auxílio-Alimentação.

Código reduzido - 00930 - 00000 - 0000/01/07/00/00 - Recursos Ordinários (Livres).

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO DO MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO DO PINHAL

Conforme Lei Municipal n.º 1.967/2018.

Ano VIII | Edição n.º 1659 | Quarta-feira | 10 de dezembro de 2025. Pág. 02

Valor R\$ 46.961,50 (*quarenta e seis mil novecentos e sessenta e um reais e cinquenta centavos*).

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ribeirão do Pinhal - Pr, em 10 de dezembro de 2.025.

Dartagnan Calixto Fraiz
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO DO PINHAL - PR

DECRETO N.º 169, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2025.

Regulamenta e estabelece normas para a distribuição de aulas/turmas aos profissionais do magistério da Rede Municipal de Educação de Ribeirão do Pinhal, Estado do Paraná, para o ano letivo de 2026, e dá outras providências.

DARTAGNAN CALIXTO FRAIZ, Prefeito do Município de Ribeirão do Pinhal, estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais:

CONSIDERANDO a necessidade de estabelecer critérios claros, objetivos e uniformes para a distribuição de aulas/turmas aos profissionais do magistério da rede pública municipal de ensino de Ribeirão do Pinhal para o ano letivo de 2026;

CONSIDERANDO a obrigação da Administração Pública de assegurar os princípios da legalidade, impessoalidade, isonomia, moralidade e eficiência nos atos e procedimentos administrativos, garantindo igualdade de oportunidades a todos os docentes;

CONSIDERANDO que a distribuição de aulas/turmas deve observar a etapa, a modalidade de ensino, a carga horária, a formação profissional e as necessidades pedagógicas das unidades educacionais;

CONSIDERANDO a importância de organizar previamente os critérios para o exercício da Jornada Suplementar, de modo a assegurar transparência, equidade e atendimento às demandas das instituições de ensino;

CONSIDERANDO as necessidades apresentadas pelas unidades escolares no tocante ao atendimento de alunos, às especificidades pedagógicas e à adequação do quadro docente para o início do ano letivo;

CONSIDERANDO que o Município de Ribeirão do Pinhal é signatário do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada - CNCA, nos termos do Decreto Federal nº 11.556/2023, o que reforça a necessidade de alinhamento das práticas docentes às políticas de alfabetização, leitura e escrita;

CONSIDERANDO as diretrizes e ações pedagógicas previstas no CNCA, especialmente aquelas relacionadas à Educação Infantil, ao 1º e 2º ano do Ensino Fundamental, e à formação continuada dos profissionais do magistério;

DECRETA

Art. 1º. O processo de distribuição de aulas/turmas obedecerá ao disposto no presente Decreto.

Art. 2º. A distribuição de aulas/turmas aos profissionais do magistério objetiva:

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO DO MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO DO PINHAL

Conforme Lei Municipal n.º 1.967/2018.

Ano VIII | Edição n.º 1659 | Quarta-feira | 10 de dezembro de 2025. Pág. 03

- I - o exercício dos profissionais do magistério nas instituições educacionais;
- II - a fixação da forma de cumprimento da jornada de trabalho;
- III - a definição do trabalho e período correspondente.

Parágrafo único. A distribuição a que se refere o *caput* será realizada anualmente.

Art. 3º. A distribuição de aulas/turmas será feita obedecendo à etapa, modalidade de ensino, área do conhecimento/componente curricular, conforme segue:

1ª Etapa: Professores de disciplinas específicas (Arte e Educação Física);

2ª Etapa: Professores de Educação Infantil com carga horária de 25 (vinte e cinco) horas contratados para atuação exclusiva nos centros municipais de Educação Infantil, integral ou parcial;

3ª Etapa: Professores com carga horária de 20 (vinte) horas.

§1º. A ordem, horários, a convocação dos professores em Diário Oficial e a maneira pela qual a distribuição de aulas/turmas será feita ficarão sob a responsabilidade da Secretaria Municipal de Educação.

§2º. Cada diretor deverá fazer um Edital de Convocação na unidade de ensino, dando ciência da data da realização da distribuição de aulas.

§3º. Caso o professor não seja localizado para assinatura do Edital de Convocação elaborado pela unidade de ensino, o diretor deve dar a conhecer o conteúdo do presente Decreto, bem como do edital de convocação e outros documentos emitidos pela Secretaria de Educação, motivos pelos quais o professor não poderá alegar desconhecimento, arcando com as consequências de seu não comparecimento.

§4º. Os professores com jornada de 25 (vinte e cinco) horas poderão optar por aulas/turmas em Centros Municipais de Educação Infantil de atendimento parcial, desde que haja disponibilidade, devendo adequar seu horário de entrada e saída para o cumprimento integral da carga horária semanal, sem prejuízo à organização pedagógica e administrativa da unidade.

§5º. Na hipótese prevista no §4º, o professor deverá assinar Termo de Ciência e Responsabilidade, declarando-se ciente da necessidade de ajuste de horário e da obrigatoriedade de cumprir integralmente sua jornada, bem como de que tais ajustes não implicarão modificação do horário oficial de funcionamento do CMEI.

Art. 4º. Para a distribuição de aulas/turmas serão elaboradas listas distintas obedecendo à etapa, modalidade de ensino e área do conhecimento/componente curricular.

Art. 5º. Os critérios utilizados para a classificação em lista serão: data de investidura no cargo, classificação no concurso, pontuação no concurso e idade.

§1º. O critério de pontuação no concurso somente será utilizado para os casos de junção de concursos.

§2º. Na elaboração das listas será levado em consideração o disposto no artigo 47 da Lei Municipal n.º 1.720/2015.

Art. 6º. A distribuição de aulas/turmas acontecerá obedecendo as listas elaboradas conforme disposto no artigo 4º.

Art. 7º. Em caso de empate, o desempate acontecerá obedecendo a classificação em concurso público, pontuação no concurso e idade.

Art. 8º. A distribuição de aulas/turmas na modalidade da Educação de Jovens e Adultos (EJA) e da Educação Especial será realizada por indicação conjunta da Secretaria Municipal de Educação e do Diretor da instituição de ensino em que a modalidade é ofertada, devendo ocorrer previamente ao processo geral de distribuição de aulas.

§1º. Para fins da indicação mencionada no caput, serão considerados, prioritariamente:

- I - o tempo de experiência comprovada do profissional na modalidade de ensino correspondente (EJA ou Educação Especial);

II - a participação e conclusão de cursos de formação continuada, capacitações, certificações e aperfeiçoamentos relacionados à modalidade;

III - a compatibilidade da formação e do perfil profissional com as necessidades pedagógicas da unidade.

Art. 9º. A distribuição de aulas/turmas das Atividades Complementares será realizada pela Secretaria Municipal de Educação, em conjunto com o Diretor da instituição de ensino, observando-se as necessidades pedagógicas da rede.

§1º. Somente poderão ser indicados para as Atividades Complementares os profissionais do magistério que possuam duas matrículas no Município.

§2º. A indicação para atuação nas Atividades Complementares será realizada exclusivamente na segunda matrícula do profissional, devendo a primeira matrícula seguir integralmente o processo regular de distribuição de aulas/turmas previsto neste Decreto.

Art. 10º. A designação de profissional para atendimento de alunos público-alvo da Educação Especial incluídos no Ensino Regular e que demandem atenção individualizada será realizada pela Secretaria Municipal de Educação, em conjunto com o Diretor da unidade escolar, preferencialmente mediante oferta em regime de Jornada Suplementar aos profissionais interessados.

§1º. Para fins da designação mencionada no caput, serão considerados os seguintes critérios:

I - formação específica na área da Educação Especial;

II - participação em cursos e formações continuadas relacionadas à inclusão e ao atendimento especializado;

III - experiência comprovada na modalidade;

IV - compatibilidade de horários e atendimento às necessidades pedagógicas da turma.

§2º. Nos casos em que o atendimento do aluno exija profissional com formação específica não disponível em mais de um docente na rede - como, por exemplo, formação em LIBRAS ou outra especialidade técnica - a Secretaria Municipal de Educação poderá realizar a designação direta do profissional habilitado, independentemente da oferta de Jornada Suplementar, em razão da necessidade pedagógica comprovada.

§3º. A designação excepcional prevista no §2º será formalizada em documento próprio, anexado ao processo de distribuição, garantindo transparência e motivação administrativa.

Art. 11. A distribuição de aulas/turmas da disciplina de Cidadania e Civismo, ofertada na Escola Municipal Cívico-Militar, será realizada por indicação conjunta da Secretaria Municipal de Educação e da Direção da unidade escolar, previamente ao processo geral de distribuição de aulas.

§1º. Para a indicação referida no caput, serão considerados:

I - a formação profissional e a compatibilidade do perfil do docente com a proposta pedagógica da Escola Cívico-Militar;

II - a participação em cursos, capacitações ou formações relacionadas à temática cívico-militar, civismo, direitos e deveres, cidadania ou afins;

III - a experiência prévia na unidade escolar ou em atividades correlatas;

IV - a necessidade pedagógica da escola e a adequação do horário do profissional.

§2º. A indicação para a disciplina de Cidadania e Civismo não se submete à exigência de duas matrículas prevista para as Atividades Complementares, em razão da natureza específica da função e da necessidade pedagógica da unidade escolar.

§3º. Caso não haja mais de um profissional apto na rede, poderá ser indicada(o) o(a) docente que possua apenas uma matrícula, desde que atenda aos critérios estabelecidos nos incisos do §1º.

§4º. A indicação será formalizada por documento assinado pela Secretaria Municipal de Educação e pela Direção da unidade escolar, integrando o processo administrativo da distribuição de aulas.

Art. 12. A distribuição do componente curricular “Educação Digital e Computação: Robótica”, ofertado no 4º e 5º anos do Ensino Fundamental, será realizada pela Secretaria Municipal de Educação, em conjunto com a Direção das unidades escolares participantes, previamente ao processo geral de distribuição de aulas.

§1º. Poderão ser designados para ministrar o componente os seguintes profissionais:

- I - o docente titular da turma, quando houver interesse e compatibilidade de horário;
- II - professores que tenham participado de cursos, formações ou capacitações relacionadas a tecnologias educacionais, robótica, informática educativa ou áreas correlatas;
- III - professores com experiência prévia em projetos de tecnologia, informática ou robótica desenvolvidos na rede municipal;
- IV - professores que manifestarem interesse formal à Secretaria Municipal de Educação, observada a necessidade pedagógica da unidade.

§2º. Na ausência de profissionais com formação ou experiência específica, o componente poderá ser ministrado pelo professor regente da turma, conforme previsão do Termo de Compromisso da iniciativa “Robótica Paraná Kids”.

§3º. A atribuição deste componente deverá respeitar a carga horária semanal de, no mínimo, 2 (duas) aulas, preferencialmente geminadas, conforme obrigações estabelecidas no Termo de Compromisso firmado com a Secretaria de Estado da Educação.

§4º. Não havendo profissional efetivo com disponibilidade ou perfil compatível, a Secretaria Municipal de Educação poderá proceder à designação de professor temporário, conforme critérios do Processo Seletivo Simplificado - PSS vigente.

Art. 13. A distribuição de aulas/turmas terá por base a seguinte metodologia:

- I - apresentação das aulas/turmas existentes nas instituições de ensino;
- II - chamamento do professor, elencado em listas distintas elaboradas pela Secretaria Municipal de Educação em observância ao disposto nos artigos 3º e 4º deste Decreto.
- III - distribuição de aulas/turmas.

Parágrafo único: a distribuição de aulas/turmas em regime de Jornada Suplementar acontecerá em momento posterior, obedecendo a lista de classificação elaborada conforme artigos 4º e 5º deste com consequente contato da Secretaria Municipal de Educação com o professor interessado.

Art. 14. Os profissionais do magistério que por ocasião da distribuição de aulas/turmas estiverem em licença de qualquer natureza deverão participar do processo.

Parágrafo Único: os professores nesta condição escolherão a sua turma e imediatamente a mesma ficará disponível aos interessados em assumir Jornada Suplementar, até o retorno do professor.

Art. 15. Os profissionais do magistério que não puderem comparecer à distribuição de aulas/turmas, poderão fazê-lo por meio de procuração particular específica com firma reconhecida em cartório, que deverá ser apresentada antes do início do processo de distribuição.

§1º. Caso o professor apresente algum impeditivo de ordem médica para estar presente no dia de distribuição de aulas, a mesma poderá ser feita de maneira eletrônica, através de chamada de vídeo ou por chamada telefônica.

§2º. A comprovação deverá ser feita através do envio antecipado do atestado médico em que conste expressamente o motivo de seu impedimento.

Art. 16. A ausência do profissional ou do seu representante na data da distribuição de aulas/turmas acarretará no seu reposicionamento para o final de lista classificatória do referido processo de distribuição.

Parágrafo Único: o reposicionamento referido no presente artigo aplica-se exclusivamente no processo de distribuição para o ano em que o processo está sendo realizado, não sendo aplicado à lista geral de classificação.

Art. 17. Os profissionais do magistério que estiverem em suporte pedagógico (assessoria pedagógica, direção escolar e coordenação pedagógica), além dos ocupantes de cargos em comissão, não participarão do processo de distribuição de aulas/turmas.

Art. 18. Ao final do processo de distribuição de aulas e havendo ainda professor que se encontre sem aula/turma, o mesmo será direcionado à Secretaria Municipal de Educação e Cultura para realocação.

Art. 19. As aulas/turmas criadas ou que vacarem no transcorrer do ano letivo serão distribuídas a título de Jornada Suplementar até novo processo de distribuição, observando-se as normas estabelecidas neste decreto, salvo em casos de novas contratações, situação em que o novo contratado escolherá a turma que deseja assumir.

§1º. A interrupção da jornada suplementar poderá ocorrer unilateralmente a pedido do interessado ou quando cessarem as condições que motivaram a sua concessão.

§2º. O profissional do magistério perderá as aulas e/ou turmas em que estiver exercendo jornada suplementar e será substituído por outro quando ocorrer uma das seguintes condições:

I - afastar-se por motivos justificados ou não por mais de 7 (sete) dias seguidos, dentro do semestre letivo;

II - o somatório dos dias de afastamento, justificados ou não, ultrapassar o total de 10 (dez) dias, dentro do semestre letivo;

III - houver descumprimento das condições impostas no documento “Termo de Aceitação e de Compromisso”, o qual concordou e assinou;

IV - não tiver ou apresentar mais condições e continuar o trabalho de jornada suplementar;

V - estiver sendo submetido à sindicância ou processo administrativo disciplinar;

VI - o desempenho de práticas pedagógicas demonstra-se insuficiente ao aprendizado do aluno ou produtividade abaixo da média.

§3º. Caberá à unidade escolar realizar o controle e o registro oficial das ausências dos profissionais em Jornada Suplementar, em conformidade com o sistema e orientações da Secretaria Municipal de Educação.

§4º. A omissão no registro ou o registro inadequado das ausências implicará responsabilidade administrativa do Diretor e do Secretário Escolar, nos termos da legislação vigente.

Art. 20. As turmas e aulas remanescentes após o processo geral de distribuição serão ofertadas, prioritariamente, aos profissionais efetivos do magistério interessados, a título de Jornada Suplementar, obedecida a lista de classificação prevista neste Decreto.

§1º. Encerrada a oferta aos profissionais efetivos interessados em Jornada Suplementar, as turmas e aulas que permanecerem disponíveis serão atribuídas aos profissionais temporários contratados via Processo Seletivo Simplificado - PSS, conforme ordem de classificação.

§2º. A oferta das turmas remanescentes observará rigorosamente a compatibilidade de horários, a necessidade pedagógica da rede e as normas estabelecidas neste Decreto.

§3º. A Secretaria Municipal de Educação deverá registrar formalmente todas as etapas do processo, garantindo transparência, publicidade e respeito aos critérios de classificação.

Art. 21. Considerando a adesão do Município de Ribeirão do Pinhal ao CNCA - Compromisso Nacional Criança Alfabetizada, conforme preceitos do Decreto Federal n.º 11.556/2023, os profissionais docentes devem tomar ciência que:

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO DO MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO DO PINHAL

Conforme Lei Municipal n.º 1.967/2018.

Ano VIII | Edição n.º 1659 | Quarta-feira | 10 de dezembro de 2025. Pág. 07

Parágrafo Único - Todos os professores da rede municipal de educação de Ribeirão do Pinhal independente da modalidade de ensino que esteja em exercício (Educação Infantil, Ensino Fundamental, Educação Especial e EJA), além dos que estejam em função de assessoria pedagógica, direção escolar e coordenação pedagógica deverão obrigatoriamente participar de todas as ações pedagógicas voltadas para alfabetização e letramento dos alunos, aqui entendidas as formações oferecidas pelo Ministério da Educação, pela SEED e/ou pela Secretaria Municipal de Educação de Ribeirão do Pinhal, arcando com as consequências de sua não participação.

Art. 22. Não participarão do processo de distribuição de aulas/turmas os profissionais do magistério que estejam oficialmente readaptados, nos termos do art. 96 da Lei Municipal n.º 1.720/2015, devendo executar atividades compatíveis com suas limitações, conforme definição da Secretaria Municipal de Educação.

§1º. Os profissionais que estiverem com processo de readaptação funcional em tramitação deverão participar normalmente do processo de distribuição de aulas/turmas, permanecendo no exercício regular de suas funções até a emissão de laudo conclusivo pela Junta Médica Oficial.

§2º. Após a homologação da readaptação, o profissional será lotado em atividades pedagógicas ou administrativas compatíveis com suas limitações, não participando de processos futuros de distribuição.

§3º. Compete à Secretaria Municipal de Educação definir as atribuições e a lotação dos profissionais readaptados, observada a legislação municipal vigente e a compatibilidade com as condições funcionais do servidor.

Art. 23. Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Art. 24. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Ribeirão do Pinhal, 10 de dezembro de 2025.

DARTAGNAN CALIXTO FRAIZ
Prefeito

TERMO DE CIÊNCIA E RESPONSABILIDADE

(Adequação de Jornada - Professores de 25 horas em CMEIs de Atendimento Parcial)

Pelo presente instrumento, eu, _____, portadora do CPF n.º _____, matrícula n.º _____, ocupante do cargo de Professora de Educação Infantil - 25 horas, para os devidos fins, que:

1. DA OPÇÃO PELO CMEI DE ATENDIMENTO PARCIAL

Manifestei interesse em assumir aulas/turmas no **Centro Municipal de Educação Infantil** _____, unidade que funciona em **turno parcial (manhã e/ou tarde)**.

2. DA CIÊNCIA SOBRE A CARGA HORÁRIA

Estou plenamente ciente de que:

- Minha jornada semanal é de **25 (vinte e cinco) horas**;
- O horário de atendimento parcial do CMEI **não corresponde integralmente** à minha jornada;
- Para cumprir a carga horária, será necessário **adequar meus horários de entrada e saída**, conforme organização da unidade escolar e orientação da Secretaria Municipal de Educação.

3. DO AJUSTE DE HORÁRIO

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO DO MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO DO PINHAL

Conforme Lei Municipal n.º 1.967/2018.

Ano VIII | Edição n.º 1659 | Quarta-feira | 10 de dezembro de 2025. Pág. 08

Declaro, ainda, que:

- a) **As adequações de horário não implicam alteração no horário oficial de funcionamento do CMEI;**
- b) A complementação da carga horária poderá ocorrer **antes do início** ou **após o término** do turno de atendimento às crianças;
- c) O horário definido será cumprido integralmente e não gerará direito a horas extras ou adicional de qualquer natureza.

4. DA ORGANIZAÇÃO PEDAGÓGICA

Estou ciente de que:

- a) O horário a ser cumprido deverá **respeitar a organização pedagógica e administrativa da unidade;**
- b) A direção poderá ajustar minhas atividades para garantir o pleno funcionamento do CMEI;
- c) O descumprimento reiterado da jornada poderá acarretar **remoção da turma** e responsabilização administrativa.

5. DA VOLUNTARIEDADE

Assumo que:

- a) Esta opção é **espontânea,**
- b) Foi realizada **por minha livre manifestação de vontade,**
- c) A Secretaria Municipal de Educação **não impôs** a escolha desta unidade.

6. DA VERACIDADE E RESPONSABILIDADE

Declaro estar ciente de todas as condições acima, assumindo responsabilidade integral pelo cumprimento da jornada e pelas implicações decorrentes de eventual descumprimento.

E, por estar de acordo, firmo o presente Termo em duas vias de igual teor.

Ribeirão do Pinhal, ____ de ____ de 2025.

Assinatura do Professor

Assinatura da Diretora do CMEI

Secretaria Municipal de Educação

**PREFEITURA MUNICIPAL DE
RIBEIRÃO DO PINHAL - PR**

DECRETO Nº. 170/2025

Súmula - Abertura de crédito adicional suplementar.

O Senhor Dartagnan Calixto Fraiz, Prefeito do Município de Ribeirão do Pinhal, Estado do Paraná, usando de suas atribuições legais, e em especial a Lei nº 2.423 de 20 de dezembro de 2024; decreta.

Art. 1º - Fica aberto no orçamento vigente um crédito adicional suplementar, no valor R\$ 3.094,79 (*três mil noventa e quatro reais e setenta e nove centavos*), com recursos de remanejamento de dotações orçamentárias, nas dotações que abaixo seguem:

Dotação Orçamentária.

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO DO MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO DO PINHAL

Conforme Lei Municipal n.º 1.967/2018.

Ano VIII | Edição n.º 1659 | Quarta-feira | 10 de dezembro de 2025. Pág. 09

Órgão - 07 - Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Unidade - 001 - Departamento de Educação.

Projeto/Atividade - 12.365.0006-2019 - Atividades da Educação Infantil.

Natureza da Despesa - 3.1.90.11.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil.

Código reduzido - 01520 - 00104 - 0104/01/01/00/00 - Demais Imp. Vinculados à Educação Básica.

Valor R\$ 2.632,96 (*dois mil seiscentos e trinta e dois reais e noventa e seis centavos*).

Natureza da Despesa - 3.1.90.13.00.00 - Contribuições Patronais.

Código reduzido - 01570 - 00104 - 0104/01/01/00/00 - Demais Imp. Vinculados à Educação Básica.

Valor R\$ 461,83 (*quatrocentos e sessenta e um reais e oitenta e três centavos*).

Art. 2º - O crédito adicional suplementar a que se refere o artigo 1º será coberto pelo remanejamento das dotações orçamentárias que abaixo seguem.

Dotação Orçamentária.

Órgão - 07 - Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Unidade - 001 - Departamento de Educação.

Projeto/Atividade - 12.365.0006-2019 - Atividades da Educação Infantil.

Natureza da Despesa - 3.1.90.11.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil.

Código reduzido - 01620 - 00104 - 0104/01/01/00/00 - Demais Imp. Vinculados à Educação Básica.

Valor R\$ 3.094,79 (*três mil noventa e quatro reais e setenta e nove centavos*).

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ribeirão do Pinhal - Pr, em 10 de dezembro de 2025.

Dartagnan Calixto Fraiz
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO DO PINHAL - PR

PORTARIA Nº 139/2025

EMENTA: Instaura Processo Administrativo Disciplinar em face de Sirlei Gizzi Figueiredo Gonçalves da Silva e dá outras providências, após representação de Ingrid Meri Lemos Martins.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO DO PINHAL, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, especialmente as previstas na Lei Municipal nº 1.759/2016 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais) e demais normas aplicáveis,

CONSIDERANDO a representação formulada por **INGRID MERI LEMOS MARTINS**, na qual noticia supostas irregularidades praticadas pela servidora **SIRLEI GIZZI FIGUEIREDO GONÇALVES DA SILVA**, no exercício da função pública e na qualidade de Presidente da Comissão Central de Consulta Pública para escolha de diretores escolares;

CONSIDERANDO que a representante relata condutas atribuídas à servidora, consistentes, em tese, em omissão e inação deliberada diante de representação formal de irregularidades, abuso de poder e arbitrariedade na gestão, incluindo incidente envolvendo banner informativo;

CONSIDERANDO que tais condutas, em tese, podem caracterizar violação aos deveres funcionais previstos nos seguintes dispositivos da Lei Municipal nº 1.759/2016:

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO DO MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO DO PINHAL

Conforme Lei Municipal n.º 1.967/2018.

Ano VIII | Edição n.º 1659 | Quarta-feira | 10 de dezembro de 2025. Pág. 010

- **Art. 2º, inciso I** – dever de urbanidade;
- **Art. 2º, inciso II** – dever de eficiência, zelo e dedicação e observância às normas legais e regulamentares;
- **Art. 2º, inciso XIV** – dever de manter conduta compatível com a moralidade administrativa;
- **Art. 3º, inciso IV** – proibição de manifestações de despreço no ambiente de trabalho;
- **Art. 3º, inciso XVI** – vedação à conduta desidiosa;
- **Art. 3º, inciso XVII** – vedação à prática de atividades incompatíveis com o cargo;
- **Art. 3º, inciso XX** – proibição de ato discriminatório;
- **Art. 3º, inciso XXIII** – vedação a valer-se do cargo para obter proveito pessoal;

CONSIDERANDO ainda a alegação de possível prática de **prevaricação**, a ser apurada no curso regular do procedimento;

CONSIDERANDO a necessidade de assegurar à servidora o pleno exercício da ampla defesa e do contraditório, bem como de apurar, com rigor e imparcialidade, os fatos narrados;

RESOLVE:

Art. 1º Fica instaurado **PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR** em face da servidora **SIRLEI GIZZI FIGUEIREDO GONÇALVES DA SILVA**, para apuração dos fatos narrados na representação apresentada por **Ingrid Meri Lemos Martins**, bem como para análise de eventual responsabilidade funcional.

Art. 2º Fica constituída a **Comissão Processante**, que atuará nos termos da legislação municipal aplicável, composta pelos seguintes membros:

- I - **Zeni de Campos** - Presidente;
- II - **Davi Batista Araújo** - Membro;
- III - **João Vitor Siqueira Santos** - Membro.

Art. 3º A Comissão deverá iniciar seus trabalhos imediatamente, observando os prazos e procedimentos previstos na Lei Municipal nº 1.759/2016, garantindo-se à servidora acusada o contraditório e a ampla defesa.

Art. 4º A Comissão será assessorada juridicamente pelo advogado **RAFAEL SANTANA FRIZON, OAB/PR 89.542**, exclusivamente no tocante aos aspectos legais do procedimento.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Ribeirão do Pinhal-Pr, 10 de dezembro de 2025.

DARTAGNAN CALIXTO FRAIZ
Prefeito Municipal

Assinatura Digital